

STJ00108566

**SIDDHARTA
LEGALE**

**A CORTE
INTERAMERICANA
DE DIREITOS
HUMANOS COMO
TRIBUNAL
CONSTITUCIONAL**

*Exposição e análise crítica
dos principais casos*

*Prefácio de
Antônio Augusto Cançado Trindade*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Siddharta Legale

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L496c

Legale, Siddharta

A Corte Interamericana de Direitos humanos como Tribunal Constitu-
cional Transnacional / Siddharta Legale. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
540 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 467-493.

ISBN 978-85-519-1393-2

1. Direito constitucional. 2. Direitos humanos. 3. Corte Interamericana
de Direitos Humanos. 4. Medida provisional. 5. Sentença. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Competência Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos: uma Corte Constitucional Transnacional?.....	13
1. Aspectos gerais.....	13
2. Questões operacionais das opiniões consultivas: a Corte IDH como ela é.....	21
3. A competência consultiva e o acesso à Corte IDH	32
4. A eficácia das opiniões consultivas da Corte IDH	35
5. As opiniões consultivas e a competência propriamente dita da Corte IDH: a construção interpretativa de uma Corte Constitucional Transnacional	46
5.1. Aspectos formais da competência propriamente dita da Corte IDH...	47
5.2. Aspectos materiais da competência propriamente dita da Corte IDH	49
6. A Corte Interamericana como Corte Constitucional Transnacional? ...	60
Capítulo 2 – A Competência Contenciosa da Corte Interamericana e os Ciclos de Casos: uma Corte Constitucional Transnacional?	67
1. Aspectos gerais.....	67
2. Questões operacionais: o contencioso interamericano como ele é.....	74
3. O ciclo de casos hondurenhos nos anos 80: o desaparecimento forçado de pessoas.....	85
3.1 O caso Velasquez Rodriguez vs Honduras (1988)	91
3.2 O caso Godínez Cruz vs Honduras (1989)	95
3.3 O caso Fairen Garbi vs Honduras (1989).....	99
3.4 Uma comparação entre os casos do ciclo hondurenho.....	101
4. O ciclo de casos peruanos nos anos 90 e 2000: a construção do acesso à justiça	109

4.1 O caso Loayza Tamayo vs Peru (1997)	112
4.2 O caso Castillo Petruzzi vs Peru (1999)	119
4.3 O caso Tribunal Constitucional vs Peru (2001)	123
4.4 O caso Barrios Altos vs Peru (2001)	126
4.5 Uma comparação entre os casos do ciclo peruanos.....	136
5. O ciclo de casos colombianos nos anos 2000: os massacres e os grupos vulneráveis.....	137
5.1 O caso Las Palmeras vs Colômbia (2001)	144
5.2 O caso Massacre de Mapiripán vs Colômbia (2005)	144
5.3 O caso Pueblo Bello vs Colômbia (2006)	148
5.4 O caso Ituango vs Colômbia (2006).....	152
5.5 Uma comparação entre os casos do ciclo colombiano	156
6. Os casos paradigmáticos interciclos ou pós-ciclos	159
7. A Corte Interamericana como Corte Constitucional Transnacional?	165
Capítulo 3 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos Vista pelas Cortes Constitucionais: o Bloco de Constitucionalidade entre a Simpatia e Antipatia Judicial na América Latina	175
1. Aspectos gerais.....	175
2. A Corte Constitucional da Colômbia: a simpatia ao sistema interamericano.....	181
3. A Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela: a antipatia ao sistema interamericano.....	197
4. A Corte Constitucional do Equador e a discreta simpatia ao sistema interamericano.....	214
5. O Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia e a Corte IDH como uma “engenharia supranacional”	231
6. A Corte Interamericana como Corte Constitucional para as Cortes Constitucionais da América Latina?	250

Capítulo 4 - O Ciclo de Casos Brasileiros no Contencioso da Corte Interamericana e a Proteção dos Grupos Vulneráveis.....	255
1. Aspectos gerais.....	255
2. Uma visão geral e cronológica do Brasil na Corte IDH.....	260
3. Medidas provisionais.....	271
3.1. Os casos envolvendo presídios.....	273
3.1.1. Urso Branco (2002-2011).....	273
3.1.2. Araraquara (2006-2008).....	282
3.1.3. Curado (2014-2016).....	286
3.1.4. Pedrinhas (2014).....	294
3.2. Os casos envolvendo as Unidades de Internação de Menores.....	295
3.2.1. FEBEM (2005-2008).....	296
3.2.2. UNIS (2011-2015).....	299
4. Sentenças e supervisões de cumprimento de sentença.....	305
4.1. Damião Ximenes Lopes (4 de julho de 2006).....	306
4.2. Nogueira de Carvalho (28 de novembro de 2006).....	314
4.3. Escher (6 de julho de 2009).....	315
4.4. Garibaldi (23 de setembro de 2009).....	319
4.5. Gomes Lund (24 de novembro de 2010).....	325
4.6. Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil (4 de março de 2016).....	336
5. Por que não conceber a Corte Interamericana como uma Corte Constitucional Transnacional para os grupos vulneráveis no Brasil?.....	343
Capítulo 5 – A Jurisprudência da Corte IDH no STF: Por que não uma Corte Interamericana para Valer no Brasil?.....	349
1. Aspectos gerais.....	349
2. A Corte IDH na jurisprudência do STF (1988 a 2004): o nada.....	356

3. A Corte IDH na jurisprudência do STF (2004 a 2016): o “alguma coisa”	358
3.1. Os habeas corpus contra a jurisdição penal militar para civis: coerência não é integridade (ou dos três equívocos supremos)	360
3.2. Os recursos extraordinários e a Corte IDH no STF	375
3.2.1. O diploma de jornalista e o RE 511.961	376
3.2.2. O (des)conhecimento da Corte IDH e o RE 669.367	382
3.2.3. Os maus antecedentes e o RE 591054	386
3.2.4 A Reforma da Casa de Albergado de Uruguaiana e o RE 591.582	389
3.3. O controle abstrato de constitucionalidade e as menções à Corte IDH nos acórdãos do STF: o controle difuso de convencionalidade que não ousa dizer seu nome	399
3.3.1 A Lei da Ficha Limpa, a ADPF 144/DF de 2008 e a menção indireta à Corte IDH.....	401
3.3.2. A Lei de imprensa, a ADPF 130/DF e a citação à OC-7/87 escondida no voto do Min. Celso de Mello	404
3.3.3. A Lei de anistia e a ADPF 153/DF de 2010 e as menções contraditórias à jurisprudência interamericana	409
3.3.4. O Código Civil, a união homoafetiva e a ADPF 132/ADI 4277	420
3.3.5. O Código Civil, as biografias e a ADI 4815/DF	425
3.3.6. A Lei do Impeachment e a ADPF 378 MC/DF.....	430
4. Por que não uma Corte Interamericana para valer?	441
Conclusão	461
Referências Bibliográficas	467
Anexos	495